



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de agosto de 2023 foram visados expressamente 200 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando mais de 407 milhões de euros.

No mesmo período não houve recusas de visto.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS AGOSTO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	91	32,97	114 097 379,21	28,01
Visto com Recomendações	69	25,00	249 707 476,45	61,29
Declaração de Conformidade Homologada	40	14,49	43 465 910,95	10,67
Recusa de Visto	0	0,00	0,00	0,00
Outras extinções da instância (*)	76	27,54	139 185,00	0,03
TOTAL DE DECISÕES	276	100	407 409 951,61	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2023

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	544	29,89	1 647 071 172,79	45,90
Visto com Recomendações	532	29,23	1 756 294 085,85	48,95
Declaração de Conformidade Homologada	154	8,46	125 345 530,22	3,49
Recusa de Visto	14	0,77	44 798 299,40	1,25
Outras extinções da instância (*)	576	31,65	14 580 945,82	0,41
TOTAL DE DECISÕES	1820	100	3 588 090 034,08	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão